

A Instituição Militar no Século XXI

Martins Barrento
General do Exército

1. INTRODUÇÃO

Para tentar saber o que poderá ser a Instituição Militar no século XXI, pareceu-me ajustado adoptar a metodologia que se indica: num primeiro passo, fazer a caracterização da Instituição na época anterior; seguidamente, referenciar os elementos endógenos e exógenos que hoje se notam e que possam determinar a sua evolução; por fim, fazer reagir esses elementos no quadro da caracterização daquele período, na tentativa de adquirirmos uma visão prospectiva da Instituição.

Apesar do risco em que sempre se incorre quando pretendemos “saber” o futuro, com esta abordagem deverá ser possível chegar, racionalmente, a um esboço do que poderão vir a ser os aparelhos militares no século que agora começou.

Como nota introdutória deve sublinhar-se que a evolução da sociedade, das instituições e da História, em geral, caracteriza-se pela continuidade, a qual se não conforma com esta divisão do tempo, em anos, séculos e milénios. Quer isto dizer que a fronteira entre os séculos é apenas nossa, nesse jeito humano de arrumarmos as coisas no tempo, e que os elementos de evolução são sintomas que também se não acomodam a essa arrumação. A Instituição Militar no século XXI há-de ser sempre a resultante de uma adaptação progressiva às necessidades, cenários e desafios que se vêm revelando, ou irão surgir, tendo em conta o aperfeiçoamento dos equipamentos, ou os novos “utensílios” que a ciência e a tecnologia tornarão disponíveis.

De acordo com aquilo que nos foi pedido, pretende-se uma visão global da evolução e não o tratamento do caso nacional. Assim faremos. Deve, porém, notar-se, que sendo muito difícil apresentar um caminho de evolução que contenha o que vai acontecer nas diversas regiões do globo, tentaremos apresentar um panorama abrangente, ainda que este possa conter aquele velho pecadilho que é termos uma visão demasiadamente europeia das coisas.

Deve também dizer-se, nesta introdução, que a função que exerci até há bem pouco tempo – Chefe do Estado-Maior do Exército – não me dá qualquer autoridade para elaborar sobre esta matéria, por a nossa atenção ter estado quase totalmente dedicada à solução dos problemas do presente e do futuro próximo, havendo muito pouca disponibilidade para a reflexão que a visualização a longo prazo exige.

Ao reflectirmos agora sobre esse devir, desejamos que este despretenhoso trabalho seja claro e polémico, por forma a suscitar a discórdia e o debate. Se assim acontecer, não saberemos por certo o que vão ser os aparelhos militares do século XXI, mas se o nosso esboço contribuir para o aperfeiçoamento do desenho, consideraremos útil este artigo.

2. A INSTITUIÇÃO MILITAR NO FINAL DO SEGUNDO MILÉNIO

O aparecimento e a afirmação dos Estados-Soberanos, na segunda metade do segundo milénio da nossa Era, levou à formação de aparelhos militares que deram ao Poder a capacidade de utilizar o braço armado em proveito dessa identidade e afirmação. Eles manifestavam o poder do Estado no seu interior, face aos países vizinhos e, por vezes, em espaços geográficos afastados; mais modestamente, eram veículos da coesão interna e mostravam a vontade de defender as suas fronteiras.

Após a revolução francesa, com o contacto directo que se estabeleceu entre o cidadão e o Estado, o dever de defesa passou a ser parte integrante da cidadania e a guerra ultrapassou as fronteiras para defender ou fazer impor as ideias revolucionárias. Porque o dever era quase gratuito e o “sangue” se tornou mais barato, os exércitos aumentaram de volume e passaram a ser mais facilmente chamados a intervir.

No nosso século, função de uma quase exponencial evolução tecnológica, aumentou-se significativamente a capacidade de movimentar, comunicar e destruir, tendo-se até chegado ao paroxismo do aniquilamento com o nuclear. Essa demonstração do apocalipse conseguiu a “Grande Paz”, chamada “Guerra Fria”, mas procurando-se evitar a grande guerra entre os desenvolvidos aparelhos militares das duas superpotências e dos seus aliados, não se impediu as pequenas guerras e ressurgiram velhas técnicas de agir contra os mais poderosos, como a subversão e o terrorismo. Os aparelhos militares adaptaram-se aos desafios, à segurança, à complementaridade e à convergência de esforços obtida nas alianças; procuraram ultrapassar ou estar ao nível dos possíveis adversários no campo tecnológico; quanto à organização, experimentaram responder às necessidades militares tendo em conta a tecnologia que incorporaram e as condições sociais e financeiras dos respectivos países; procuraram soluções, quanto ao potencial humano, que foram da conscrição ao profissionalismo; e, de um modo geral, afirmando posições defensivas,

muitos prepararam e mantiveram capacidades ofensivas que são manifestações de poder e dão uma maior credibilidade à dissuasão.

No final do século assistimos à utilização intensa dos aparelhos militares em operações de apoio à paz, porque conservando a capacidade de realizar aquilo que deles se espera – o combate – além de efectuarem as acções necessárias têm um efeito dissuasor sobre as partes em conflito e guardam a capacidade para operar em patamares superiores de violência.

3. ELEMENTOS DE MUDANÇA

Os principais elementos de mudança devem ser procurados na moldura política internacional e no quadro geoestratégico daí decorrente; no quadro político e na sua evolução, por ser a política quem determina a utilização dos aparelhos da coacção militar; e na evolução científica e tecnológica, por serem estas que originam e produzem as alterações nos meios de utilização militar e, conseqüentemente, nas suas estruturas organizativas e processos de actuação.

Procuremos, então, descobrir os elementos de mudança nestas três áreas.

a. No Quadro Global

As grandes alterações no quadro global são, em nossa opinião, o surgimento de novas ameaças, o fenómeno da globalização, a diferença cada vez mais nítida entre países ricos e pobres, o facto de termos chegado no final do milénio a um sistema de poder unipolar, e a esperança da paz que se instalou e expandiu com o fim da Guerra Fria. O aparecimento de novas ameaças, como a destruição do ambiente, do Homem e da tranquilidade, por acção do homem, passou a ser motivo de particular preocupação. Parece hoje definitivamente adquirido que os modelos de desenvolvimento e a incúria que degradam o ambiente para além dos limites em que ainda é possível sua regeneração, não são aceitáveis. Assim como há regras que restringem a liberdade dos indivíduos quando esta interfere de forma inaceitável com a dos outros, prevalecendo o interesse social sobre o individual, há também que definir e impor normas que evitem a destruição deste legado que é de todos – a

Terra. Outro tanto acontece com aqueles que para obterem lucros enormes não hesitam em destruir o Homem e a sua vontade, criando dependências logo na juventude e dando origem a problemas humanos trágicos e de muito difícil solução. Sem o carácter de novidade ressurgem também o terrorismo, como processo utilizado por certos grupos para fazer valer os seus pontos de vista, em completo desrespeito e ruptura com a vida, com o homem, com a propriedade e com o direito. Mas agora apresenta elevados níveis de violência, que vão do suicida-bomba, agindo em função de extremismos religiosos doentios, ao emprego de meios de destruição de massa, do biológico ao químico e que poderá chegar ao nuclear. A globalização faz com que o Homem, onde quer que esteja, não possa continuar indiferente ao que de essencial se passa em qualquer outra parte do mundo. A noção do mundo físico finito, que surgiu a meio do segundo milénio em resultado dos descobrimentos portugueses, atinge agora o conhecimento mais profundo dos outros homens, das suas instituições, das suas maneiras de estar e de agir. Pela evolução dos transportes, pela rapidez das notícias, pela consciência da unidade da raça humana e da participação comum no usufruir da vida e na gestão dos recursos da Terra, acabaram os isolamentos e a autarcia de que usufruíam as unidades políticas e surgiram direitos e normas universais que as fronteiras não podem limitar nem esconder. Se isto era já uma preocupação antiga, como vimos, em Las Casas, quando se referia aos direitos dos índios dos novos territórios conquistados, hoje passa-se em relação a todos os homens no interior de todos os países. É como se a frase da filosofia clássica, de que “nada do que é humano me é indiferente”, adquirisse ressonâncias políticas e tocasse a vontade de agir. Uma alteração desta natureza tem forçosamente que produzir efeitos nos modos de actuar a nível político e, nomeadamente, quanto à utilização dos aparelhos militares.

Tudo isto sucede, também, num momento de desenvolvimento muito desigual, em que o fosso que separa os países ricos e pobres é cada vez mais pronunciado. De facto, os países pobres não têm os conhecimentos e o capital que necessitariam para o seu progresso e a lógica da economia não favorece o suprimento dessas falhas. Tendo muitos desses países adquirido a sua independência política em tempos recentes, o que se tem vindo a verificar, em muitos casos, não houve idêntico movimento no âmbito da economia; contrariamente, a sua dependência económica tem aumentado.

Nesta situação, parece que só com a solidariedade universal ou com uma “Nova Ordem Internacional” se poderão encontrar os caminhos para a solução deste magno problema. Além disso, como estão normalmente associados à falta de desenvolvimento, crescimentos demográficos muito elevados, as diferenças de bem-estar em relação aos países ricos, as privações e até a fome são cada vez mais difíceis de aceitar, originando um reconhecido mal-estar. Este é um quadro de tensões que poderá adquirir tonalidades ráticas, já que as fronteiras entre o bem-estar e o mal-estar separam, muitas vezes, raças e etnias.

Apesar destas grandes divisões, com o desaparecimento da União Soviética e as limitações ainda existentes na Europa e na China, passámos a viver num mundo unipolar. Nenhum outro poder está hoje em condições de competir com os EUA, que por isso usufrui de uma demasiada liberdade para agir e interferir em todo o mundo na defesa dos seus próprios interesses. Além disso, quando esses interesses não são partilhados com os interesses dos outros países, surgem naturalmente tensões. Mesmo quando é utilizado o argumento de se agir na defesa de certos princípios, actuando quase como polícia do Orbe, grande parte dos países não lhe reconhece esse direito, pois as intervenções são ditadas muito mais pelo interesse do que pelo altruísmo.

No quadro mundial deve falar-se, ainda, na esperança de paz que surgiu e se expandiu com o fim da Guerra Fria. Como sucede, frequentemente, depois dos grandes conflitos, após a elevada tensão em que se viveu até à última década do milénio, consequência das diferenças ideológicas dos dois blocos e dos sofisticados e diversificados arsenais disponíveis, a ideia de se ter chegado à paz atingiu grande parte da humanidade. Isto é particularmente notável no mundo ocidental em que nos inserimos, dada a propensão, idealista mas pouco racional, que a maioria da “intelligentzia” tem para abraçar a utopia da paz. Infelizmente, como sucedeu também em períodos anteriores, os acontecimentos estão afirmando com muita clareza que a condenação da guerra e a utopia da paz não conseguem vencer as pulsões beligeras que existem em muitos grupos políticos, raciais, religiosos e, até, civilizacionais. A obtenção de finalidades políticas e de outros interesses pela afirmação da violência continua a existir sem que se vislumbre o seu desaparecimento, e a violência dispõe hoje de uma capacidade acrescida de destruição, resultante da letalidade dos modernos instrumentos bélicos.

Este quadro global que traçámos é, pois, uma moldura preocupante sobre o devir das sociedades políticas e do homem, e terá por certo implicações nas instituições militares que futuramente irão existir.

b. No Quadro Político

No quadro político os principais agentes de mudança devem ser encontrados nas formas como o regionalismo se manifesta, no enorme poder que hoje tem a comunicação social e no peso que adquiriu a opinião pública em relação à condução da manobra política.

O macroregionalismo é um fenómeno que ganhou maior projecção na segunda metade do século XX, com o fim da II Guerra Mundial e a emancipação de territórios não autónomos que se lhe seguiu. De facto, começou-se a adquirir consciência de que a maioria das unidades políticas não estava em condições de, por si só, se libertar da tutela das grandes potências e de poder competir com elas nos mais diversos domínios. Esta constatação conduziu ao agrupamento de vários países em instituições regionais, que estando primariamente orientadas para assuntos de ordem económica, têm também hoje preocupações de ordem política.

Dessas regiões a que mais nos interessa e representa uma notável evolução é a União Europeia, na qual se deram importantes passos no sentido de uma maior integração, mas em que se nota ser difícil fazer convergir diferentes interesses nacionais em políticas comuns, nomeadamente nos campos da política externa e da segurança. Com avanços e recuos e certamente com lentidão, função do peso da História, das instituições e das diferenças de sensibilidade existentes nas várias unidades políticas, é todavia provável que se venham a definir, naqueles dois campos, orientações mais claras e exequíveis.

É igualmente pensável que ao longo deste século processos semelhantes venham a acontecer noutras regiões, por ser esta uma forma lógica de fazer convergir capacidades e obter sinergias que permitam diminuir as posições de dependência e subalternidade em relação às grandes potências. Basta lembrar que nas Nações Unidas o poder continua a residir muito mais na oligarquia dos membros permanentes do Conselho de Segurança, do que no plenário da Assembleia Geral.

O microregionalismo, em nosso entender, vai manifestar-se frequentemente, porque em muitas unidades políticas existem regiões com certa

identidade que aspiram à autonomia, ou mesmo à independência, não hesitando em utilizar a violência para as conseguir. Após a queda do muro, certos países apoiaram a criação de novas fronteiras, contrariando a ideia ainda existente de que seria preferível para a paz que estas não fossem alteradas. Função destes “maus exemplos” e dos conflitos que originaram, julgamos que futuramente estas situações devam ser avaliadas com muito mais cuidado. Com efeito, há que distinguir os casos em que existem genuínas, lógicas e aceitáveis tendências autonómicas e aqueles em que apenas há uma minoria activa e violenta que quer o poder, ou se manifesta o interesse das outras unidades políticas em estender a sua soberania ou influência a essas regiões.

Todas estas questões se tornam ainda mais complexas, porque sendo as fronteiras, até certo ponto, isóbaras do poder, para além dos poderes da unidade política e da região em causa, estão presentes os dos estados vizinhos que apoiem ou desapoiem a autonomia e até o da comunidade internacional, nos casos em que aquela questão lhe não é indiferente. Pensando na presença de todos estes actores, é fácil concluir que surgirão desacordos e tensões que, a não serem resolvidos a nível político, poderão degenerar em conflitos. Isto sucede, neste momento, em várias regiões do globo, sendo a maior parte das actuais intervenções militares internacionais resultante de situações desta natureza.

A comunicação social tem uma influência cada vez maior na política. Pelo impacto que tem no público ela pode gerar agitação ou acalmia, confiança ou suspeição, inflamar ódios ou diluí-los, informar ou desinformar, criar segurança ou insegurança. Com base no dever de informar e na liberdade para o fazer, de que usufruem nos regimes democráticos, os seus agentes (particularmente os que determinam a política de informação) podem hoje soltar ventos que depois se não controlam, ou serem tentados a substituir o poder político instituído. Por vezes querem-nos fazer crer que são agentes de uma democracia directa, tipo cidade de Geneve, de Rousseau; mas eles dispõem, de facto, de tal poder, que utilizando também uma ideia daquele pensador, seria bom que fosse só Deus a usá-lo; o problema é que quem o usa são apenas homens que exprimem o interesse de um grupo, ou o seu próprio interesse, muitas vezes afastado do interesse da maioria.

O peso das opiniões públicas, na sociedade ocidental, é também um importante elemento a ter em consideração, porque estas condicionam fortemente a acção política. Isto sucede porque os detentores do poder

estão hoje altamente dependentes de continuarem a exercê-lo em função da opinião pública e porque os dirigentes políticos demonstram, de um modo geral, um demasiado apego pelo mesmo; por o público ser influenciado pela comunicação social, a qual, tendo interesses próprios, se comporta frequentemente como um contra-poder; porque os políticos têm, por razões históricas, algum pudor em fazer pedagogia, temendo que essa atitude possa ser confundida com a propaganda, técnica que foi muito empregue pelos regimes ditatoriais. Estas razões fazem com que a classe política olhe com muita atenção, quando não com temor, as opiniões públicas, levando-a a abraçar com facilidade o populismo e a demagogia e a agir, muitas vezes, em função das sondagens.

Porque o público é dificilmente informado e em grande parte dos países ocidentais se faz muito pouco pela sua formação em cidadania, há assuntos vitais do Estado, como a sua segurança e defesa, que sendo pouco conhecidos, não é tornada evidente a sua necessidade por serem poucos os dividendos políticos daí recolhidos. Não tendo o público conhecimento da necessidade e das necessidades das Forças Armadas, estas nunca aparecem como preocupações ou aspirações da opinião pública. Logo, a menos que haja uma classe política dirigente com um elevadíssimo sentido de Estado e pendor pedagógico, não se mostra aos cidadãos a imprescindibilidade dos aparelhos militares, e a acção política não contraria a sua descapitalização.

c. Quadro Tecnológico

No quadro tecnológico, com significado para os aparelhos militares, julgamos encontrar elementos de mudança na precisão da capacidade de destruir, na continuação do desenvolvimento das armas “anti-meios” e nos elevados custos da investigação e da moderna tecnologia.

A capacidade de destruir com elevada precisão a grandes distâncias é algo que já foi testado, com resultados importantes, nos conflitos do Iraque e dos Balcãs, sendo de prever melhorias de eficácia: no rendimento (obtenção, tratamento e oportunidade) das informações necessárias para a utilização eficiente das armas; no aumento da distância entre as plataformas de lançamento e os alvos; na manutenção de elevadas precisões, já que só esta característica, conjugada com informações fiáveis, evitará os danos colaterais que podem ser altamente gravosos para a evolução de

um conflito e que também deixam marcas na consciência; e nos melhores rendimentos da avaliação dos danos causados nos objectivos, operação importante para a conduta das operações.

Esta capacidade é cada vez mais importante, porque apesar de ela, por si só, não poder vencer um adversário (isso apenas é possível colocando unidades no terreno que garantam o controlo de um território, de uma população e das suas forças militares) pode limitar significativamente as suas capacidades de defesa e de produzir baixas, bem como levá-lo a conformar-se com determinadas regras que lhe sejam impostas. Não será a ideia de Douhet, de se ter encontrado a vitória com o vector aéreo, mas num conflito com um adversário de tecnologia inferior permite limitar a utilização de certas armas, impor restrições, fazer baixar o patamar da violência.

O guiamento de meios a longas distâncias tem sido ultimamente utilizado com sucesso em armas e em plataformas de reconhecimento. Mas a evolução da tecnologia já existente permitirá, por certo, no futuro, o guiamento eficaz de armas e de plataformas de lançamento de armas a grandes distâncias, sendo lógico apresentar-se como tendência a desnecessidade de guarnições nesses meios, nomeadamente aéreos, o que evitará perdas humanas.

Na permanente “dialéctica” entre a espada e o escudo, o ataque e a defesa, a destruição e a protecção, as armas “anti-meios”, com elevada capacidade de destruição, ganharam realce na segunda metade do século XX, função dos alcances obtidos, maior eficácia e preços extraordinariamente inferiores aos dos meios que podem destruir.

Ao nível do nuclear o debate continua, mas quem possa dispor de defesa para armas nucleares usufrui de uma muito maior segurança e tranquilidade. Aos níveis operacional e tático, a existência de armas fiáveis anti-meios (guerra electrónica, mísseis e meios aéreos, carros de combate, navios de superfície, submarinos, etc) dá um grande conforto ao contendor que delas disponha e pode paralisar ou destruir capacidades ofensivas elevadas, com custos muito inferiores. Estas armas dão vantagem ao defensor e funcionam como um elemento equilibrador de potenciais de combate à partida muito desiguais.

O elevado custo da investigação e da produção de meios para equipar as Forças Armadas veio criar uma diferença muito nítida entre os países que têm elevadas capacidades financeiras e tecnológicas e aqueles que as não têm, originando um grande desnivelamento nas possibilidades de segu-

rança e defesa. Este diferencial apenas pode ser mitigado pelas alianças, que disponibilizarão meios tecnologicamente avançados ou segurança, ou então pela compra de materiais por parte de países que tenham disponibilidades financeiras para os adquirir.

4. POSSÍVEL EVOLUÇÃO

a. Síntese dos Elementos

Da caracterização e considerações que anteriormente fizemos, devemos reter, como elementos relativamente firmes, os seguintes:

- os aparelhos militares existentes no final do século XX são muito diferenciados quanto às estruturas, formas de obtenção do potencial humano e tecnologia utilizada, função das disponibilidades financeiras, orientações políticas e diversas situações de segurança. Nota-se, todavia, uma tendência bastante generalizada para utilizar as Forças Armadas em proveito da política externa dos respectivos Estados, para a aproximação às tecnologias mais avançadas que estejam disponíveis e acessíveis, e para a profissionalização do pessoal que as constitui.
- Tendo certas empresas e organismos supranacionais um peso cada vez maior na cena internacional e apesar de haver por parte dos Estados cedências de soberania (a um nível superior para organizações regionais supranacionais, e a um nível inferior para certas regiões com tendências autonómicas), o Estado, dito soberano, continua a ser a unidade de referência da comunidade internacional.
- Apesar de a defesa de princípios e regras de aceitação universal terem cada vez maior projecção, os interesses de cada uma das unidades políticas continuarão a ser os principais elementos determinantes das acções política e estratégica.
- Vivendo-se uma época de plena hegemonia americana, as regiões e países com elevado potencial estratégico vão procurar diminuir a situação de desvantagem em que se encontram, tentando atingir um relativo equilíbrio. Enquanto tal não suceder, os E.U.A. dispõem de uma excessiva liberdade de acção para intervir, em todo o mundo, em defesa dos seus próprios interesses.

- Como resultado das diferenças de bem-estar, das muitas tendências autonómicas que se revelam, de diferenças civilizacionais, étnicas e religiosas que cada vez mais se confrontam sem que haja um correspondente aumento de empatia e tolerância, é previsível um crescimento de tensões e conflitualidade em várias regiões do globo.
- Nota-se por parte da comunidade internacional uma maior preocupação com os direitos humanos, com o ambiente e com a preservação ou obtenção da paz, o que se traduz numa maior ingerência nos assuntos (até aqui, internos) dos Estados e numa mais clara e determinada vontade de intervir.
- Os países vão continuar a procurar nas alianças militares o aumento da sua segurança, obtendo delas, por cedência ou utilização conjunta, o apoio nas valências mais difíceis de conseguir e mais onerosas, por forma a poderem cumprir as suas missões com o máximo de eficiência e o mínimo de atrição.
- Ainda que possa vir a ser utilizada por organizações terroristas, a capacidade nuclear vai continuar a ser essencialmente dissuasiva do emprego de armas nucleares, não influenciando de maneira decisiva os aparelhos militares, excepto quanto à existência, nos países que delas dispõem, de unidades e meios dedicados à sua manutenção e projecção.

Se os elementos acima indicados nos parecem ser relativamente firmes, o espírito de defesa existente nas várias unidades políticas e a tecnologia utilizada pelas Forças Armadas serão variáveis, definindo, por isso, diversos cenários de evolução. Por uma questão de simplicidade, já que na prática a conjugação destas variáveis poderá originar um leque vastíssimo de situações, apresentamos apenas os quatro cenários seguintes:

- Unidades políticas com elevado espírito de defesa e elevada capacidade tecnológica;
- Unidades políticas com fraco espírito de defesa e elevada capacidade tecnológica;
- Unidades políticas com elevado espírito de defesa e reduzida capacidade tecnológica;
- Unidades políticas com fraco espírito de defesa e reduzida capacidade tecnológica.

b. Cenários de Evolução

(1) Unidades Políticas com Elevado Espírito de Defesa e Elevada Capacidade Tecnológica

As suas instituições militares devem:

- Garantir uma capacidade de defesa e de intervenção autónoma, não descurando todavia as alianças;
- Estar preparadas para actuar na ordem interna, isoladamente ou em complemento das forças de segurança;
- Garantir capacidades ofensivas e defensivas;
- Procurar uma permanente adequação entre as ameaças possíveis e intenções prováveis, por um lado, e as disponibilidades financeiras e tecnológicas, por outro;
- Utilizar o voluntariado ou a conscrição consoante as necessidades;
- Evitar a presença do homem no campo de batalha, nas áreas em que a tecnologia o permita;
- Diminuir o efectivo das unidades operacionais do Exército, mantendo a capacidade de combate das unidades fundamentais, à custa do aumento de tecnologia;
- Aumentar, percentualmente, o pessoal destinado à logística, função do aumento de meios de tecnologia avançada;
- Ser dinamizadora das investigações científica e tecnológica nacionais;
- Usufruir de elevado prestígio dentro das instituições nacionais.

(2) Unidades Políticas com Fraco Espírito de Defesa e Elevada Capacidade Tecnológica

As suas instituições militares devem:

- Procurar nas alianças o apoio que minimize as suas limitações no âmbito da defesa;
- Procurar dispor de capacidades eminentemente defensivas, diminuindo as diferenças entre as forças de defesa e as forças de segurança;
- Dispor de um sistema de forças reduzido e dimensionado para as intervenções fora do território nacional;
- Utilizar exclusivamente o voluntariado como forma de obtenção de potencial humano;
- Procurar suprir a escassez de efectivos com o aumento de tecnologia;

- Aumentar as unidades de serviços e diminuir as unidades de combate;
- Ser utilizadoras da investigação nacional;
- Usufruir de pouco prestígio no seio das instituições nacionais.

(3) Unidades Políticas com Elevado Espírito de Defesa e Reduzida Capacidade Tecnológica

As suas instituições militares devem:

- Procurar garantir uma capacidade de defesa autónoma, mesmo que para isso tenham que utilizar formas não convencionais de fazer a guerra;
- Dispor de um sistema de forças que valorize o quantitativo de homens nas fileiras;
- Utilizar essencialmente a conscrição como forma de obtenção de potencial humano;
- Utilizar da melhor forma os meios disponíveis, procurando prioritariamente a obtenção de armas “anti-meios”;
- Usufruir de elevado prestígio no seio das instituições nacionais.

(4) Unidades Políticas com Fraco Espírito de Defesa e Reduzida Capacidade Tecnológica

As suas instituições militares devem:

- Fazer a transferência das obrigações de defesa para outro país ou para uma aliança;
- Ser progressivamente substituídas por forças de segurança;
- Estando a perder-se o atributo de Estado que era garantido com a sua existência, deve estar a verificar-se um processo de extinção da unidade política como soberana e independente.

c. Consideração Final

No final do trabalho, analisando-o, ocorre-nos a ideia de estarmos face ao “mons parturiens”, pois a descrição dos quatro cenários, acima feita, dá-nos a sensação que a montanha pariu um rato. Mas será lógico, não sendo adivinho e utilizando, como cremos, um caminho intelectualmente honesto, ir mais além?

Talvez não.